

Diário de bordo

Inovação



Roberto Rodrigues*

N O DIA 2 de dezembro de 2004 foi promulgada a Lei nº 10.973, chamada “Lei Brasileira de Inovação”, que dá incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, tendo em vista a capacitação de recursos humanos que garantam o desenvolvimento industrial do País. O Brasil não tem muita tradição em inovação, mas esta lei abre o caminho para a competitividade global, na medida em que, sem avançar tecnologicamente, não há condição de concorrer no mercado aberto, especialmente se considerarmos que os países desenvolvidos gastam fábulas em P&D.

Dessa forma, é preciso compreender que inovação faz parte do empreendedorismo: não adianta empreender para fazer mais do mesmo; é essencial avançar tecnicamente.

Não é apenas, porém, uma questão de criar vantagens comparativas para melhorar a competitividade das empresas: a inovação tecnológica precisa produzir resultados que melhorem também a qualidade de vida da população, gerando empregos e riqueza aos cidadãos.

A lei é modernizadora, empurra o desenvolvimento sustentado, orientando inclusive as bases para a montagem de Sociedades e/ou Empresas de Propósito Específico, através das quais a articulação de esforços entre o Estado e a iniciativa privada pode levar a grandes avanços, so-

mando o conhecimento acumulado nos órgãos estatais de pesquisa com a demanda e os recursos financeiros privados.

Infelizmente, ainda não se constituiu nenhuma empresa desta natureza ligada ao setor rural.

E não faltam belas possibilidades.

A Embrapa pode ser a contrapartida dos agentes privados nacionais para esses projetos, até porque sua contribuição em matéria do desenvolvimento agropecuário através de novas tecnologias já é um formidável legado. Hoje, a Embrapa lidera o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), que agrega cooperativamente instituições públicas federais e estaduais, executando pesquisas em todas as áreas de conhecimento científico, garantindo ao Brasil a maior rede de ciência, tecnologia e inovação agrícola nos trópicos.

Tecnologias geradas pelo SNPA mudaram o agronegócio brasileiro. A conquista do Cerrado, a adaptação da soja às condições brasileiras, o espetacular aumento da oferta das carnes (bovina, suína e de frango), a explosão de produção de leite, de hortaliças, sem falar nos avanços em cana, café, laranja e grãos, são todos resultados dessa atuação.

Mas ainda temos muito por fazer, e o ex-presidente da Embrapa, Silvio Crestana, estudioso do assunto, aponta vários caminhos:

- Implantar *clusters* em torno das empresas para estimular a difusão de tecnologias e criar fornecedores de qualidade mundial.
- Promover a internacionalização das empresas de base tecnológica, acessando recursos no capital externo.
- Criar um sistema de acompanhamento dos avanços dos concorrentes.
- E criar SPEs.

Há muito ainda a fazer. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Agro no centro das decisões



J. Reis

Cesário Ramalho*

C OMO PRESIDENTE da Agrishow, tive a oportunidade de receber dois dos presidentes – José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) – durante a realização da feira, no fim de abril, em Ribeirão Preto (SP). A presença dos candidatos ao evento é um sinal claro de que o agronegócio está sendo cortejado.

Ao ciceroneá-los, ressaltei a ambos que o agro precisa ser tratado e valorizado politicamente em pé de igualdade com a importância econômica e os benefícios socioambientais que o setor gera para o País. Sem o agro, comércio, indústria, serviços, contas públicas e mercados em geral patinam.

Responsável por significativa parte do Produto Interno Bruto (PIB), pelo superávit da balança comercial, bem como por milhões de empregos, o agro elevou em 24% o poder de compra do brasileiro em relação aos alimentos nos últimos anos, indicam dados do Cepea-Esalq/USP.

Além disso, importantes polos do agro, algumas cidades e regiões, por exemplo, que cresceram sob o modelo de *clusters*, subiram no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

São exemplos: Sorriso e Lucas do Rio Verde (MT); Rio Verde (GO); Uberaba e Unaí (MG); Ribeirão Preto, Presidente Prudente e Araçatuba (SP); Maringá (PR); Concórdia e Chapecó (SC), entre outras.